

## Quando no Oeste construía-se uma Nação: os Povos Indígenas e a formulação de novos projetos nacionais (1937-1948)

When a Nation was being built in the West: Indigenous Peoples and the formulation of new national projects (1937-1948)

**Thays Fregolent de Almeida**

Mestranda em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

thaysfregolent@gmail.com

**Recebido em:** 22/03/2019

**Aprovado em:** 20/01/2020

**Resumo:** Este artigo busca identificar os nexos existentes entre a Marcha para o Oeste e a construção de um novo projeto nacional, durante o Estado Novo (1937-1945), responsáveis por intensificar a dominação dos povos indígenas do Centro-Oeste e a conquista de suas terras. Para tanto, analisaremos a campanha que culminou no projeto de reconhecimento, ocupação e integração do território nacional, assim como a articulação que incorporou a imagem simbólica dos povos indígenas dentro da construção de um ideal de brasilidade. Desse modo, interessa-nos refletir acerca das questões relativas à política indigenista do período, com especial ênfase no caso da Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), ponta de lança do projeto expansionista de Getúlio Vargas.

**Palavras-chave:** Estado Novo; Expedição Roncador-Xingu; Marcha para o Oeste.

**Abstract:** This article aims to identify links between the Brazilian March to the West and the construction of a new national project, during the Estado Novo (1937-1945), responsible for intensifying the domination of indigenous populations and the conquest of their lands. For that we will proceed an analysis of the campaign that culminated in project of the recognition, occupation and integration of the national territory, as well as the articulation that incorporated the symbolic image of the indigenous population within the construction of an ideal of "Brazilianness". Thus, we are interested in the reflection on the issues related to the indigenist policies of the period, focusing on the Roncador-Xingu Expedition (1943-1948), the spearhead of the expansionist project of Getulio Vargas.

**Keywords:** Estado Novo; March to the West; Roncador-Xingu Expedition.

## Introdução

O Estado Novo (1937-1945) representou um momento decisivo para consolidar a reorganização política que Getúlio Vargas havia iniciado em 1930. As políticas já propostas no período anterior foram reafirmadas de maneira mais incisiva no pós-1937, tais como o incentivo ao desenvolvimento econômico, a industrialização e a soberania nacional. Junto ao Estado Novo, o Governo Federal lançou as bases da Campanha da Marcha para o Oeste, ambicioso projeto de exploração e integração econômica dos "fundos territoriais"<sup>1</sup> do país.

Anunciada em simbólico discurso no dia primeiro de janeiro de 1938, a Marcha para o Oeste previa a ocupação e o desenvolvimento da região Centro-Oeste, especialmente os estados de Goiás e Mato Grosso, de modo a realizar o planejamento do investimento em setores estratégicos, como a orientação de migrações e promoção de infraestrutura de transporte e comunicação. Essa política de valorização do mercado interno funcionou como força motora para a Marcha, que também previa a ampliação da produção agrícola orientada tanto para a exportação quanto para o mercado interno brasileiro (LENHARO, 1986); (DUTRA E SILVA, 2017).

Junto aos esforços pragmáticos do novo projeto nacional, o Governo se ocupou em formular uma nova identidade nacional para o país. Como aponta Lúcia Lippi, o espaço territorial constituía elemento central dessa nova identidade (2008, p. 14). Historicamente relacionada à questão territorial, as populações indígenas também foram elementos centrais desse ambicioso projeto. Durante esse período foram elaborados diversos pronunciamentos sobre os povos indígenas, no sentido de definir e regular os seus limites territoriais em favor do desenvolvimento da Nação.

Dentre os esforços governamentais mobilizados para a Campanha da Marcha para o Oeste, optamos por analisar a Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), ponta lança do projeto de adentramento aos "fundos territoriais" brasileiros durante o período recortado. Para melhor desenvolver a análise será traçado um panorama da política indigenista da primeira metade do século XX, personificada no Serviço de Proteção aos Índios e nos trabalhos do marechal Cândido

---

<sup>1</sup> A categoria "fundos territoriais", formulada pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, foi elaborada a partir do diálogo com as noções de "território" e "território usado", de Milton Santos. Segundo a formulação de Moraes, os "fundos territoriais" são espaços formais que ainda não haviam sido ocupados, mas que já apareciam representados na cartografia sob a jurisdição de alguma autoridade, isto é, trata-se de verdadeiras "reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora" (MORAES, 2002).

da Silva Mariano Rondon (1865-1958), assim como nos trabalhos realizados por sertanistas, grande frente de influência dentro da questão indígena do período.

Isso posto, destacamos que o presente artigo procura compreender os nexos existentes na construção de uma nova identidade nacional e na Campanha da Marcha para o Oeste, de modo a compreender alguns dos fundamentos de dominação dos povos indígenas durante o recorte histórico estabelecido.

## **O Estado Novo em Marcha para o Oeste: a construção de uma nova Identidade Nacional**

Em novembro de 1937, momento que Getúlio Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo, a integração nacional foi convertida em um dos principais projetos políticos do Governo, sendo promovida como imperativo para a segurança e a soberania nacional. A implantação do novo projeto, ancorado na perspectiva de um Estado centralizador e interventor, tinha dentre seus objetivos lidar com a baixa densidade e a dispersão populacional que marcavam partes do território nacional brasileiro, como era o caso dos estados de Goiás, Mato Grosso e Amazonas.

Como aponta Valdon Varjão (1989), no final da década de 1930, cerca de 93,4% da população estava distribuída por apenas 35,7% do território, compreendendo essencialmente a região litorânea. Ou seja, cerca de  $\frac{2}{3}$  do território brasileiro - compreendendo as atuais regiões Norte e Centro-Oeste - possuía uma densidade populacional de cerca de  $\frac{1}{2}$  habitante por km<sup>2</sup> (1989, p. 53).

A proposta de Vargas, após 1937, era organizar uma nova concepção de nação, integrada, a partir da edificação de uma nova identidade nacional, que pudesse ser reconhecida pela coletividade (GOMES, 2013). Um trabalho de grandes proporções, afinal, tratava-se de um território com dimensões continentais, ao longo do qual havia uma população escassa em número, mal distribuída no espaço geográfico e muito mal observada pelo poder público.

Para além das questões internas brasileiras, se faz necessário refletir sobre a influência externa sofrida pelo Brasil nesses anos que antecedem e que permeia a Segunda Guerra Mundial. Uma das questões de grande peso para as novas preocupações governamentais com o território brasileiro foi a tônica do espaço vital, que propunha que as áreas vazias ou mal aproveitadas do planeta deveriam ser ocupadas e exploradas por nações que historicamente tivessem demonstrado

eficiência na gestão de territórios<sup>2</sup>. É nesse momento que as áreas ditas “desconhecidas” do sertão brasileiro passaram a ser vistas com preocupação pelo Estado (REIS, 1968, p. 135).

É dentro desse contexto, que marcou o final dos anos 1930, que podemos compreender a criação da Campanha da Marcha para o Oeste. Foi o próprio presidente quem, através de um pronunciamento de rádio – o mais importante meio de comunicação da época –, lançou as bases do ambicioso projeto ao saudar os brasileiros à meia noite do dia 31 de dezembro de 1937:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

Inflamado por um discurso nacionalista, o projeto ambicionava efetivar a integração do território brasileiro através da colonização e do desenvolvimento econômico dos “fundos territoriais” do país. O intuito era fazer com que as fronteiras políticas coincidissem com as fronteiras econômicas. Como podemos observar no trecho destacado acima, a Marcha para o Oeste, relacionada ao tradicional movimento das Bandeiras, fez-se a melhor tradução das ambições governamentais de um movimento identitário e unificador. Foi em vista disso que, após a instauração do Estado Novo, a mobilização da tradição bandeirante – historicamente localizada no seio da produção da memória regional paulista – passou a ser mobilizada como uma grandiosa tradição nacional, que agora seria relacionada ao tão almejado movimento de interiorização.

Como aponta Antonio Celso Ferreira (2002), a construção da "epopéia bandeirante"<sup>3</sup> se deu entre 1870 e 1940 através das produções de diversos intelectuais paulistas integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, assim como através da representação construída dentro do Museu Paulista por Affonso de Taunay nas primeiras décadas do século XX. O uso da mitologia bandeirante durante o Estado Novo deu-se sob novas bases, não mais comprometido com o regionalismo paulista mas sim com o novo ideal nacionalista da Marcha para o Oeste.

A nova campanha de interiorização teve seu início com uma série de viagens empreendidas por Getúlio Vargas para as atuais regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Como aponta

---

<sup>2</sup> A tônica do espaço vital foi originalmente desenvolvida por Friedrich Ratzel e retomada no período da Segunda Guerra Mundial. Para Ratzel, cada Nação deve ser do tamanho da sua capacidade de organização e ocupação (COSTA, 2016).

<sup>3</sup> Categoria desenvolvida por Antonio Celso Ferreira acerca do processo de construção de uma identidade paulista pautada no bandeirantismo (FERREIRA, 2002).

Seth Garfield (2000, p. 14), sua visita à Ilha do Bananal, em 1940, foi um momento chave na construção da Campanha da Marcha para o Oeste, afinal Vargas foi o primeiro presidente da República a visitar uma área indígena e o Oeste da nação. Essa ocasião, que foi marcada por ampla cobertura da imprensa nacional, explicita a centralidade da valorização das populações indígenas dentro do novo projeto nacional<sup>4</sup>.

Dentre os esforços governamentais mobilizados dentro da Campanha da Marcha para o Oeste temos a criação, no ano de 1941, das Colônias Agrícolas Nacionais. Projeto que visava a fixação do homem à terra, alegando a necessidade de disciplinar a mão de obra excedente em alguns locais. No ano seguinte foi realizado o “batismo cultural” de Goiânia, com o objetivo de associar a criação da nova capital de Goiás e a refundação desse estado ao projeto da Marcha. Ainda em 1942 foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica<sup>5</sup> e em 1943 foram criadas duas das mais importantes instituições da Campanha: a Expedição Roncador-Xingu (ERX) e a Fundação Brasil Central (FBC).

Os meios de comunicação, amplamente ocupados por diversos intelectuais e ideólogos estadonovistas, tiveram papel incontornável na consolidação da Marcha para o Oeste ao realizar a articulação entre o passado bandeirante e o presente expansionista, assim como na divulgação e legitimação do novo movimento de interiorização. Foi através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que se deu a legitimação do conjunto de preocupações que valorizavam os esforços de integração nacional (VELLOSO, 2017, p. 147-176). Nesse sentido, o Estado Novo acabou por politizar o debate acerca da ocupação do imenso e esparsamente povoado território, de modo a sustentar o sentido de colonização do novo projeto e, ainda, relacioná-lo ao dever que implicava a brasilidade: ocupar as áreas a fim de assegurar a soberania nacional.

Assim, fica evidente a importância de uma análise que englobe tanto as questões internas brasileiras, quanto o contexto externo da Segunda Guerra Mundial e da entrada no Brasil na Guerra. O evento foi decisivo para redefinir a centralidade da questão territorial no âmbito estatal, assim como para definir o rumo das políticas internas e externas daquele momento (CAPELATO, 2017, p. 109-140). Como aponta a historiadora Elizabeth Cancelli:

---

<sup>4</sup> Compreendemos que a valorização discursiva do elemento indígena para a composição da identidade brasileira não é uma novidade trazida pelo Estado Novo, mas algo que vinha sendo feito desde o período colonial e imperial. Sobre o assunto ver: (MONTEIRO, 2001) e (TREECE, 2008).

<sup>5</sup> Órgão responsável por orientar a economia brasileira no contexto de emergência gerado pela entrada do Brasil na guerra, assim como por estimular a produção agrícola e industrial do país.

Era o próprio Getúlio quem, naqueles tempos de Segunda Guerra Mundial, quando a disputa por territórios e zonas de influência marcavam drasticamente o mundo, dizia “que nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra que é sangue e carne de seu corpo” (CANCELLI, 2017, p. 46).

Como já colocado, simultaneamente a campanha de integração nacional, o governo Vargas buscou realizar a construção de uma nova identidade nacional, alinhada ao novo projeto. Interessante notar que ambos os projetos eram complementares. O primeiro atuava em termos práticos – através da Campanha da Marcha para o Oeste –, o segundo atuava em termos simbólicos: através da construção de um conjunto de características que pudesse fomentar uma maior identificação entre os brasileiros e o Brasil. Cabe lembrar, que por volta da década de 1930 a “teoria do branqueamento”<sup>6</sup> começou a ser gradualmente substituída pelo mito da “democracia racial”<sup>7</sup>. Essa mudança que começava a se esboçar, possibilitou novas formulações que firmavam a “capacidade dos brasileiros de conviver e se adaptar ao meio e à variedade de raças” (OLIVEIRA, 2017, p. 326). De modo que o Brasil passaria a ser reconhecido não mais como uma grande nação branca, mas mestiça. Essa mudança diz respeito ao lugar e o papel de um elemento central da construção da identidade nacional: o “povo brasileiro”.

A valorização da mestiçagem como elemento dessa nova identidade nacional que passou a ser construída a partir de meados da década de 1930, estava em perfeita sintonia com os acontecimentos mais recentes da Primeira Guerra Mundial. O conflito fomentou novas reflexões que acabaram por reorientar o pensamento sobre o Brasil. Como aponta a historiadora Lúcia Lippi de Oliveira, as novas formulações acerca da Europa e da América foram marcadas pelas seguintes noções: a primeira passava a ser representante do velho e do decadente, enquanto que a segunda como espaço do novo e do futuro. A autora ainda aponta que:

Passou-se a considerar que os brasileiros não podiam mais ser tributários dos decadentes valores europeus. Passou-se a combater a cópia, o vício de imitação. A elite brasileira que vivia sob o signo do exílio, que gostaria de ser europeia, precisava quebrar sua mentalidade europeizante e voltar-se para as “verdadeiras” raízes brasileiras. Inventa-se a autenticidade das raízes nacionais, que são buscadas em um passado histórico ou em tempos imemoráveis. É dentro desse espírito de reinvenção do Brasil que se volta para eventos do passado - principalmente no período colonial - ou para mitos que teriam dado origem ao povo brasileiro. É no povo brasileiro que estaria a raiz da nacionalidade, é nele

<sup>6</sup> Crença de que a solução para os problemas do povo brasileiro (povo mestiço e pouco civilizado) estaria na entrada de grandes contingentes de imigrantes brancos. A partir da miscigenação com os imigrantes, supunha-se que em três ou quatro gerações a população se tornaria cada vez mais branca (OLIVEIRA, 2017, p. 326).

<sup>7</sup> A ideia que o Brasil seria um país sem preconceito racial, com a capacidade de assimilar o “estrangeiro”, onde todas as raças convivem harmonicamente sem distinção entre elas (OLIVEIRA, 2017, p. 327).

que se encontraria o brasileiro autêntico. (OLIVEIRA, 2017, p. 327)

Desse modo, a autenticidade brasileira passou a ser captada no mundo rural, ou seja, no sertão e no sertanejo. Junto a valorização desses elementos rurais como símbolos da nacionalidade, o bandeirante do período colonial também foi recuperado como importante expressão da brasilidade por sua bravura e ímpeto expansionista, através da produção de intelectuais ligados ao Estado Novo, como é o caso de Cassiano Ricardo, questão que será desdobrada mais a frente.

Por fim, mas guardando a mais alta relevância para os fins do presente artigo, a valorização simbólica das populações indígenas representou elemento central dentro do conjunto da formulação da nova identidade nacional, através do reconhecimento de suas contribuições para a formação histórica e cultural do Brasil. Como aponta Seth Garfield (2000, p. 14), os indígenas seriam defendidos por conterem “as verdadeiras raízes da brasilidade”. No entanto, como veremos, tal projeto – que também previa uma política de desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste – acabou por criar um discurso cultural de dominação dos grupos indígenas e seus territórios. Ainda segundo Garfield:

Obrigando os povos indígenas a entregar o controle territorial e a autonomia política em nome do interesse “nacional”, o Estado afirmava possuir conhecimento e capacidade exclusivos para engendrar índios *melhores*: agricultores sedentários, trabalhadores rurais disciplinados, consumidores do mercado e cidadãos patriotas. O Estado brasileiro, como em outros países da América em meados do século XX, pregava a “civilização” dos indígenas por meio de métodos não coercitivos e esclarecidos - métodos “respeitosos” da cultura indígena, ainda que adequadamente propulsores de uma jornada transformadora e sem retorno para dentro das correntes socioeconômicas dominantes. (GARFIELD, 2011, p. 17).

Desse modo, diversas terras indígenas ancestrais foram classificadas pelos estrategistas militares como “zonas de segurança nacional” (IDEM), o que acarretava no estabelecimento do contato e, posteriormente, a modificação da produção e organização social das populações indígenas desses locais. Seja através de um contato desassistido – como com a construção de rodovias ou exploração (muitas vezes privada e/ou ilegal) da área –, seja através de frentes de expansão do Estado em trabalho conjunto com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como foi o caso da Expedição Roncador-Xingu.

Para o Estado Novo – Governo que levantou uma bandeira modernizadora e promotora de uma identidade nacional pautada por aspectos homogeneizantes da população brasileira – as populações indígenas e suas diferenças culturais representavam um grande obstáculo. Por outro lado, os povos indígenas eram portadores de forte simbolismo como “primeiros cidadãos e marco

de uma excepcionalidade nacional” (IDEM, p. 18), tema que foi amplamente explorado pelo Governo através da inauguração de formalidades e cerimônias incumbidas de ajudar na consolidação da imagem do indígena como integrante da nacionalidade. Como foi o caso da criação do Dia do Índio em 19 de abril de 1943 e o incentivo dado para a exibição de exposições, programas de rádio, discursos e filmes sobre as populações indígenas (IDEM, p.53). As questões acima apontadas desnudam algumas das diversas contradições constitutivas do projeto estadonovista, assunto que será desenvolvido a seguir.

Notamos que ao se “celebrar” o nativo, algumas concepções eurocêtricas da história e da cultura tradicionalmente mantida até o começo do século XX eram subvertidas. A essência da brasilidade, não vinha mais do outro lado do Atlântico e sim do interior do território nacional. Entretanto, nessa onda de valorização de sujeitos relacionados à essas zonas interioranas do país, há uma clara contradição: a valorização e exaltação tanto das populações indígenas, quanto dos bandeirantes.

Destacamos que o grande "personagem" da Campanha da Marcha para o Oeste, ou melhor, as características que melhor condensavam a proposta do novo projeto eram aquelas historicamente associadas aos bandeirantes: o ímpeto expansionista e explorador/desbravador. Cassiano Ricardo foi o principal articulador da construção que estabelecia uma relação entre a brasilidade e o ímpeto explorador no âmbito do Estado Novo. Importante ideólogo estadonovista, Ricardo através de um ensaio sociológico publicado em 1940 intitulado *Marcha para Oeste: influência da 'bandeira' na formação política e social do Brasil*, procurou relacionar a expansão da fronteira Oeste com o desenvolvimento social, político e cultural brasileiro<sup>8</sup>. Além de construir a excepcionalidade da conquista territorial como um traço da própria brasilidade, Cassiano Ricardo procurou exaltar a importância do trabalho conjunto das três raças na lógica de organização das bandeiras, assim como na lógica de organização do Estado brasileiro. Entretanto, conforme nota George Coelho (2010, p. 75-104), esse aparente elogio ao convívio das três raças e à miscigenação, resguarda uma construção que justifica a hierarquização da força de trabalho, isto é, a hierarquização racial. Essa construção, amplamente absorvida pelo Estado Novo, pode ser identificada na Marcha para o

---

<sup>8</sup> A visão proposta por Cassiano Ricardo era donatária da visão turneriana da Fronteira desenvolvida nos Estados Unidos no final do século XIX. Para Jackson Turner a excepcionalidade da expansão da fronteira no continente americano era a representação máxima do rompimento com as suas raízes europeias e o desenvolvimento de uma cultura própria. Sobre a tese de Jackson Turner e sua influência na historiografia brasileira, ver: (WEGNER, 2000).

Oeste, projeto que criou um discurso cultural de dominação das populações indígenas e seus territórios, questão que será explorada a seguir.

### **Reflexões sobre a política indigenista e os modelos de atuação sertanista no Brasil da primeira metade do século XX**

O século XX foi marcado por mudanças no âmbito da política indigenista brasileira, como foi o caso da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essas mudanças estão, em certo nível, associadas às políticas de intervenção sobre o território nacional impulsionadas com maior vigor a partir das últimas décadas do século XIX, com especial destaque para o início do período republicano. Foi o caso da expansão do telégrafo, grande projeto de reconhecimento do território nacional e promoção dos meios de comunicação<sup>9</sup>. A "Comissão Rondon", como ficou conhecida, foi parte importante de um projeto interessado na defesa do território nacional, atendendo à questões de ordem geopolítica e militar. Entretanto, para além do reconhecimento de seus trabalhos empenhados na expansão dos meios de comunicação pelo território nacional, o caráter científico que os trabalhos da Comissão assumiram acabou por jogar luz sobre uma importante questão: as populações indígenas localizadas no interior do país (AMOROSO, 2017, p. 174-195). O acervo fotográfico e filmográfico acerca das populações indígenas, um dos grandes legados da Comissão Rondon, foram amplamente divulgados na época através dos Departamento de Imprensa e Propaganda (TACCA, 2011, p. 204-216); (MACIEL, 1998, p. 243-292).

A ebulição de novas informações resultante dos contatos estabelecidos com as populações indígenas no decorrer dos trabalhos da Comissão, fomentou diversos debates acerca do tratamento e da política que deveria ser desenvolvida. Conforme aponta Felipe Milanez, essa movimentação de ideias acabou por delinear dois pólos de opinião: os que defendiam sua proteção e assimilação e os que os defendiam o seu extermínio (2015, p. 37). Os principais representantes do debate eram: Marechal Rondon – na época renomado como importante sertanista e indigenista –, defendendo a proteção dos povos indígenas através de palestras e artigos em jornais e, de lado oposto, Hermann von Ihering – então diretor do Museu Paulista –, defensor do extermínio dessas populações, como fica expresso em seu texto publicado em 1907 na Revista do Museu:

Os atuais índios do Estado de São Paulo não apresentam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil, não se

---

<sup>9</sup> Embora a expansão do telégrafo tenha tido seu início na segunda metade do século XIX, foi apenas na última década desse século e, principalmente, nas duas primeiras do século seguinte que, sob orientação do Marechal Rondon, suas atividades alcançaram algumas regiões mais distantes das zonas litorâneas, como os atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia (MACIEL, 1998).

pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados, e como os Kaingang selvagens são um empecílio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio. A convenção dos índios não tem dado resultado satisfatório; aqueles índios que se uniram aos portugueses imigrados só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. (VON IHERING, 1907, p. 215)

Foi essa movimentação de ideias que marcou os primeiros anos do século XX, principalmente na imprensa, sobre o que deveria ser feito em relação aos povos indígenas que levou à criação de um órgão oficial incumbido de tratar da questão. Através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)<sup>10</sup>, do Apostolado Positivista e do Museu Nacional que foi criado, por meio do Decreto Federal nº 8.072 de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN) – o órgão teve o nome abreviado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a partir de 1918 (MILANEZ, 2015, p. 37).

Embora a legislação do SPI não tenha sido escrita pelo Marechal Rondon, o órgão respondia aos três princípios básicos por ele sustentado: “proteção eficiente dos dos grupos indígenas, respeito por sua identidade cultural, assistência nacional desinteressada” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 65). Rondon foi convidado a dirigir o órgão pelo reconhecimento que ganhara no trato com os povos indígenas nos trabalhos das Comissões de Linhas Telegráficas e por conta das ideias positivistas sobre os indígenas, em pleno acordo com “os projetos de colonização e povoamento definidos na criação do MAIC” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 113).

Poucos anos após a criação do Serviço, outras mudanças foram introduzidas a partir do Código Civil de 1916. Dentre elas, nos interessa aqui aquela que definia os povos indígenas como relativamente incapazes no que diz respeito às questões civis, impondo, dessa maneira, a necessidade de uma proteção por parte do Estado. Ideia proclamada pelo positivismo, cujos princípios detinham grande influência dentro do círculo militar e civil envolvido com o SPI. Segundo Seth Garfield (2011, p. 64), tal mudança teria sido introduzida “sob o pretexto de fornecer proteção legal constante contra a fraude e a exploração”. No entanto, a posição paternalista assumida pelo Estado converteu-se com facilidade em arrogância e abusos. O próprio discurso do Estado Novo reforçava a suposta infantilidade dos indígenas, que só seria superada “por meio da instrução cívica e vocacional” (IDEM).

---

<sup>10</sup> O MAIC, criado em 1909, fora embasado por valores positivistas de progresso e de defesa de uma ciência aplicada. Importante que se pontue que desde sua criação estava previsto na sua estrutura a instituição de um “serviço para catequese e civilização dos índios” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006. p.107).

Como aponta o antropólogo Darcy Ribeiro, o SPI enfrentou a dificuldade de atuar entre duas forças: o governo central e os governos locais. O primeiro, representando interesses vinculados à expansão da fronteira, já o segundo, defendendo interesses econômicos e agrários que entravam em confronto com às terras indígenas (RIBEIRO, 1970, p. 186-190). Para Ribeiro, a atuação do SPI se dava no sentido de intervir para salvar certo povo do extermínio, no entanto, não conseguia impedir o estado de miséria que passava a atingir essas populações após o contato e a competição com populações brancas mais numerosas e mais bem equipadas materialmente. Dentre os maiores problemas do SPI, o antropólogo apontou a escassez de recursos orçamentários e pessoal qualificado. Como aponta Carlos Augusto da Rocha Freire e Milton Guran (2010, p. 13):

Criado para intervir nas situações de conflito, evitando o extermínio de indígenas, o SPI tinha um projeto de “civilização” dos índios desenvolvido a partir das atividades de atração e pacificação. Essas atividades eram caudatárias das técnicas de contato e conquista instaurados pelo jesuítas ao criar aldeamentos indígenas à época colonial. Essa herança, reconhecida por Rondon, nem sempre foi detalhada em normas e regulamentos do SPI. (FREIRE; GURAN, 2010, p. 13)

O antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima (1995), em pesquisa que desenvolve uma análise crítica acerca dos trabalhos e métodos utilizados pelo SPI, assim como acerca da ideologia de ação dos trabalhos realizados por Rondon, aponta o SPI como um órgão responsável por implantar e reproduzir as lógicas de poder do Estado de modo a "manter o monopólio sobre o exercício de diversos poderes sobre os povos nativos" (p. 39). Segundo Lima a lógica do "poder tutelar"<sup>11</sup> está na base das atividades desenvolvidas pelo SPI, de modo o SPI constitui "um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da guerra de conquista é sempre presente" (LIMA, 1995, p. 74). Essa lógica de ação, amplamente utilizada nas primeiras décadas do século XX, é apontada pelo autor como donatária do molde colonizador ibérico, pautado na territorialização – isto é, conquista de territórios – através da força militar, sendo esse um dos principais traços da formação do Estado Nacional no Brasil.

Para além da atuação do SPI, órgão governamental especializado e organizado para lidar com as questões indígenas brasileiras, destacamos a importância dos trabalhos das frentes de

---

<sup>11</sup> "Poder tutelar" é uma categoria desenvolvida pelo antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima para designar a forma de ação do Estado brasileiro sobre as populações indígenas durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa forma de ação é definida como "uma forma reelaborada de guerra, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamentos entre um "eu" e um "outro" afastados por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a conquista, cujos princípios primeiros se repetem – como toda a repetição, de forma diferenciada – a cada pacificação" (p. 43).

penetração do Estado, isto é, a atuação dos próprios sertanistas<sup>12</sup>. Durante a década de 1940, delinearam-se dois modelos de atuação sertanista: os protecionistas e os integracionistas. Marechal Rondon e os herdeiros de suas práticas de pacificação, os irmãos Villas Bôas, eram os grandes nomes do modelo protecionista. Já Francisco Meirelles, reconhecido por seus trabalhos de pacificação de um grupo de índios Xavante, era o principal representante do modelo integracionista. Como aponta Freire e Guran (2010, p. 17), “Rondon, Francisco Meirelles e os irmãos Villas Bôas foram os sertanistas mais famosos do século XX, durante a existência do SPI”.

O modelo integracionista, pautado por metas desenvolvimentistas, acreditava que as populações indígenas deveriam ser rapidamente integradas à economia da sociedade brasileira com a fim de impulsionar e integrar as economias regionais do país (FILHO, 2006, p. 58). A seguinte declaração de Francisco Meirelles, já na década de 1970, recuperada por Carlos Augusto da Rocha Freire condensa bem as ideias desse modelo:

O índio entrará como fator étnico na formação da raça brasileira, por miscigenação e não por extermínio; a idéia é promover a confraternização de índios com civilizados, pois não se pode “contrariar uma política do governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para nosso desenvolvimento”; (...) É um “tributo à civilização”; discriminação é não deixar que os índios tenham acesso a nossos bens; a política indigenista é “assunto tão difícil que Rondon passou toda sua vida buscando uma solução e deixou tudo na estaca zero, apesar do prestígio e da força que ele teve”. (FREIRE, 2008, p. 106)

No trecho acima pode-se notar a crítica aos trabalhos de marechal Rondon, principal referência do modelo protecionista. Ainda cabe notar, que o modelo de pacificação de Meirelles era o “clássico”, herdado de Rondon, mas com algumas variantes que acabaram por criar um outro estilo de atuação sertanista. À medida que Rondon propunha “o respeito ao tempo de resposta dos índios às inovações tecnológicas e sociais” (IDEM, p. 110), Meirelles acreditava que o índio deveria ser emancipado como trabalhador “desenvolvendo seu potencial rapidamente” (IDEM, p. 109). O último ainda fazia uso de técnicas intimidadoras de pacificação com finalidades integracionistas e assistencialistas; as estratégias do contato partiam de iniciativas pacíficas com

---

<sup>12</sup> A historicidade e a polissemia da categoria social “sertanista” atravessa toda a história do Brasil”. No período Colonial, os sertanistas eram aqueles que adentravam o continente em expedições para o aprisionamento de indígenas, em sua maioria, os bandeirantes paulistas. Tais práticas perduraram, com modificações e permanências, até o final do século XIX. Com o início do século XX e principalmente a partir da divulgação dos trabalhos da Comissão Rondon, a categoria “sertanistas” passou a ser usada para designar os trabalhadores da comissão. Era assim que a imprensa identificava os trabalhadores da Comissão e como o próprio Rondon se apresentava em suas conferências. Após o pioneirismo da Comissão, a atuação de Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Bôas na Expedição Roncador-Xingu acabou por dar novo destaque à prática sertanista relacionando-a ao indigenismo, que ganhava forma na primeira metade do século passado. Ver: (FREIRE, 2008. p.107).

expedições numerosas, o “namoro”<sup>13</sup> e também a invasão de aldeias ou acampamentos indígenas, ou a técnica de transferência imediata de populações inteiras para outros locais, que na maioria das vezes causava grande mortandade por falta de assistência sanitária e médica; por fim, previa-se “a introdução de técnicas econômicas e integração ao mercado regional” (IDEM, p. 110). Ou seja, para os integracionistas a questão indígena se limitava em transformá-los, o mais rapidamente, em trabalhadores nacionais.

Notamos que as ideias do modelo integracionista estavam em perfeita sintonia com as ideias mais gerais do projeto de integração nacional do governo, encarnado na Campanha da Marcha para o Oeste. O pesquisador Seth Garfield aponta que, na viagem de Getúlio Vargas à Ilha do Bananal, evento construído para reforçar o projeto de valorização simbólica das populações indígenas, o presidente prometeu que seriam distribuídas terras aos índios e caboclos daquelas regiões e que a fixação do homem na terra era importante parte de seu plano de desenvolvimento do Oeste (GARFIELD, 2000, p. 15).

No que tange aos trabalhos desenvolvidos por marechal Rondon, que também enxergava a questão indígena como uma questão nacional, destacamos uma distinção: a integração das populações indígenas não se encontrava exatamente no âmbito do mercado regional, mas do serviço do povoamento e proteção das fronteiras nacionais (MONTERO, 2017, p. 104). Ambas as propostas de atuação – que partiam de uma forma de conhecimento pautada na experiência do trabalho e da vivência – tinham como principal divergência o tempo da integração: imediata ou ao longo de gerações.

Contudo, dentro do modelo protecionista haviam distinções entre as propostas de Rondon e a dos irmãos Villas Bôas. Os últimos divergiam do viés positivista que fundamentava a visão de Rondon, segundo o qual a incorporação do índio à comunhão nacional era vista como decorrente do próprio desenvolvimento das sociedades indígenas. Isto é, “o positivismo tratava a questão indígena como um processo evolutivo, que obedecia a leis inexoráveis. Com o tempo, os indígenas iriam necessariamente passar a outros estágios civilizatórios” (KURY; FEDI, 2017, p. 238). Os irmãos Villas Bôas, em linhas gerais, caminhavam no sentido da orientação pacifista rondoniana, no entanto, não se restringiam à ela. Desse modo, passaram a defender não apenas preservação

---

<sup>13</sup> A técnica do “namoro” consiste principalmente na oferta e na troca de objetos para adquirir a confiança dos povos a serem contatados e pacificados.

física dos indígenas (como fazia Rondon), mas também a preservação de sua integridade cultural. Perspectiva que acabou sendo abraçada por Rondon no final de sua vida.

### **A Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central**

A Expedição Roncador-Xingu, ponta de lança da Campanha da Marcha para o Oeste, será analisada de modo a desnudar as contradições no que tange ao papel reservado às populações indígenas dentro do novo projeto de Nação impulsionado no pós-1937 por Getúlio Vargas. Instituída em 3 de junho de 1943, através da Portaria nº77, da Coordenação de Mobilização Econômica (CME)<sup>14</sup>, a expedição representou uma das principais medidas do movimento de interiorização da década de 1940. Conforme o documento de sua criação, suas atividades visavam “a necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões das cabeceiras do rio Xingu”, na época, tido como um dos locais “mais desconhecidos da terra” (PORTARIA Nº 77). De maneira geral, sua função consistia em estabelecer vias de comunicação pelo interior do país até o Amazonas a partir da exploração e povoamento dessas regiões, possibilitando condições propícias para a chegada do chamado desenvolvimento. Nas palavras de Maria Eduarda C. G. Galvão:

povoar, explorar e sanear aquela parte do território nacional era uma proposta que apostava no progresso econômico através da ocupação de uma porção do Brasil que, embora ainda pouco conhecida e de difícil acesso, deveria ser definitivamente integrada ao território nacional. (GALVÃO, 2014, p.7)

Para a realização desses objetivos, a Roncador-Xingu foi considerada de interesse militar poucos meses após sua criação, através do decreto-lei nº5.801 de 8 de setembro de 1943<sup>15</sup>. Sua chefia foi confiada ao tenente-coronel Flaviano de Matos Vanique, sob a supervisão do militar João Alberto Lins de Barros, idealizador da empreitada<sup>16</sup>. Cabe destacar outro importante objetivo da expedição: a expansão da rota aérea nacional. Para tanto, foi doado, pelo Ministério da Aeronáutica, um avião para os trabalhos de transporte da expedição.

---

<sup>14</sup> O documento integral que instituiu a Expedição Roncador-Xingu consta no livro publicado por Acary de Passos Oliveira, relator da Expedição nos seus dois primeiros anos de atuação (OLIVEIRA, 1976, p. 175-176).

<sup>15</sup> O documento integral que considerou a Expedição Roncador-Xingu de interesse militar consta no livro publicado por Acary de Passos Oliveira, relator da Expedição nos seus dois primeiros anos de atuação (OLIVEIRA, 1976, p. 177).

<sup>16</sup> João Alberto Lins de Barros (1897-1955) foi um militar e político pernambucano, integrante da Coluna Prestes e Ministro da Coordenação de Mobilização Econômica de Getúlio Vargas, assim como primeiro presidente da Fundação Brasil Central. Tendo sido uma figura fundamental no projeto da Marcha para o Oeste durante o Estado Novo.

Declaradamente enraizada em interesses militares e estratégicos do Governo, a Roncador-Xingu deveria atravessar os estados de Goiás e Mato Grosso, abrindo os caminhos ainda inviolados pelo homem branco, criando as condições necessárias para a implantação de "núcleos de civilização" no decorrer do seu trajeto. A abertura dos caminhos, realizada pela vanguarda da expedição, deveria ser seguida pela construção de acampamentos, campos de pouso e instalação de bases radiofônicas. O projeto a ser executado pelos escalões seguintes consistia em melhorar os caminhos e fixar cerca de duzentas famílias por ano em pontos favoráveis para agricultura e instalação de campos de aviação. Previa-se, portanto, além do aproveitamento dos recursos naturais e humanos daquela região, sua incorporação à rota aérea nacional.

Ao analisar o documento que instituiu a Expedição Roncador-Xingu, notamos a ausência de alusão à existência de populações indígenas nas regiões delineadas para seu percurso, desse modo, não foi assumido de maneira explícita nenhum modelo de conduta específico. Entretanto, ao consultar as reportagens divulgadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* acerca das atividades da Roncador-Xingu<sup>17</sup>, pudemos observar que era de conhecimento do governo e das forças militares envolvidas a inevitabilidade do contato. Ainda notamos que era de conhecimento dos chefes da expedição algumas das etnias que seria encontradas no decorrer do caminho, como era o caso dos Xavante, conforme observamos na declaração prestada por João Alberto no dia da instituição da expedição divulgada pelo jornal no seguinte. Segue parte da notícia que transcreveu a declaração dada por telefone, cujo um dos subtítulos questionava: "E OS CHAVANTES? Não houve essa pergunta, mas devia estar nos olhos de todos nós, porque o Coordenador [João Alberto] disse, esclarecendo, que os nossos irmãos matadores de gente ficarão à distância" (GRANDE, 1943, p. 8). Na mesma ocasião, João Alberto ainda afirmou a presença do Serviço de Proteção aos Índios durante os trabalhos da expedição.

A primeira contradição que notamos está na ausência de menção acerca das populações indígenas, sendo que era de conhecimento geral a inevitabilidade do contato. As normas de conduta, portanto, entre a expedição, o SPI e os indígenas ficaram de fora dos documentos oficiais. Poucos dias após a primeira notícia, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo sobre a reunião entre os chefes da expedição e o marechal Rondon na sala de sessões do Conselho

---

<sup>17</sup> Durante o período de Iniciação Científica localizei, na hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, quarenta e sete notícias do jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1943 e 1948 sobre os trabalhos desenvolvidos pela Expedição Roncador-Xingu.

Nacional de Proteção aos Índios (CNPI)<sup>18</sup>, na qual João Alberto expôs os objetivos da expedição de modo solicitar a colaboração do SPI. Conforme veiculado pelo jornal: "O general Rondon, a seguir, tomou a palavra para aplaudir a exposição feita pelo ministro João Alberto, declarando, por outro lado, que facilitaria à expedição todos os meios de que, no momento, dispõe o S.P.I. naquela longínqua região" (PREPARATIVOS, 1943, p. 12).

Segundo João Pacheco Oliveira e Carlos Augusto Freire (2006, p. 115) ainda podem ser apontadas outras contradições nos trabalhos desenvolvidos pelo SPI. Embora o órgão devesse respeitar as terras e a cultura indígena, era comum a transferência de índios para a liberação de territórios para colonização. O sociólogo João Marcelo Maia (2012), responsável por desenvolver importante trabalho acerca da Fundação Brasil Central - órgão responsável por fazer o planejamento das atividades da Expedição Roncador-Xingu – aponta que a Fundação teve uma relação conflituosa e contraditória com o SPI. A comunicação entre os dois órgãos era constante, o que não impediu que o SPI buscasse facilitar o trabalho da Fundação e da Roncador-Xingu, que irremediavelmente adentraria em terras de povos indígenas ainda isolados. Como aponta o autor, o que predominava era a necessidade, formulada pelo governo, de adentrar nessas terras e que elas "deveriam ser alvo de iniciativas colonizadoras no pós-guerra, que levassem ao estabelecimento da "civilização" na região" (p. 77).

A partir das questões acima expostas, das notícias selecionadas e tendo em vista os objetivos propostos para a expedição dentro do contexto no qual foi impulsionada, é de se supor que o viés de conduta esperado da Roncador-Xingu fosse de acordo com o modelo integracionista, isto é, um rápido processo de integração das populações indígenas à sociedade brasileira, de modo a transformá-las em trabalhadores nacionais. Ainda chamamos a atenção para o fato de ter sido Francisco Meirelles, principal representante do modelo integracionista, o encarregado escolhido pelo SPI para comandar o processo de contato e a "pacificação" dos Xavante. Do mesmo modo notamos que a proposta da rápida transformação dos indígenas contatados em trabalhadores nacionais estava em pleno acordo com as a política de desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, desenvolvidas pela Marcha para o Oeste e pela Expedição Roncador-Xingu.

Entretanto, após o primeiro contato com os Xavantes, realizado através do SPI, os

---

<sup>18</sup> Criado durante o Estado Novo, em 22 de novembro de 1939 através do Decreto-lei nº 1.794, enquanto órgão consultivo, ele deve ser relacionado aos interesses do governo de mudar os procedimentos de tomada de decisões, o que possibilitou o aparecimento de "projetos caracterizados pela tentativa de planificação de programação de objetivos a partir de estudos especializados"#. Em suma, o CNPI era acionado pelo SPI (ou por instituições culturais e educacionais públicas ou privadas) diante de problemas de difícil solução no âmbito da questão indígena.

contatos seguintes, ficaram quase todos a cargo da própria vanguarda da expedição concentrados nos trabalhos dos irmãos Villas Bôas. Em julho de 1945 foi realizado o primeiro contato com os índios Xavante. No ano seguinte, foi estabelecido o contato com os índios Kalapalo na região do rio Kuluene – um dos formadores do Xingu. A vanguarda da expedição atingiu, finalmente, o rio Xingu em 1947, momento em que se deu o contato com os povos Kamayurás, Mehinakús e Awetis. Um ano depois em uma exploração da região do rio Tanguro foram contactados os índios Waurás. (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 116-131).

Ainda que a conduta adotada pela Roncador-Xingu – através dos trabalhos dos irmãos Villas Bôas – tenha sido protecionista, herdeira do modelo desenvolvido por marechal Rondon, foi elaborada uma proposta distinta das antigas práticas adotadas pelo mestre positivista. Nos anos finais da expedição, momento que já havia um alto número de indígenas contactados na região do rio Xingu, começou a ser formulada a proposta de criação de uma reserva indígena com a finalidade de “assegurar a reprodução simbólica e material das comunidades, segundo seus usos e costumes, até que a sociedade brasileira estivesse apta a recebê-las e elas prontas para serem integradas, sem perder com isso a identidade cultural” (FILHO, 2006, p. 47). Entretanto, a ideia só conseguiu se consolidar no ano de 1961, com a criação do Parque Nacional do Xingu, primeira terra indígena homologada no Brasil. A demora de quase duas décadas para a realização da proposta é altamente representativa de sua incompatibilidade com as forças políticas e os projetos desenvolvimentistas e expansionistas da década de 1940.

### **Considerações finais**

Como vimos, a primeira metade do século XX assistiu a mudanças relevantes, abrindo novos caminhos de discussão e ação dentro da política indigenista brasileira, como a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), primeiro órgão governamental laico encarregado das questões indígenas. Do mesmo modo, inaugurou-se um debate público acerca da necessidade de assistência e respeito cultural e material para essas populações. Entretanto, concomitantemente às mudanças no terreno político, Getúlio Vargas lançou mão de seu ambicioso projeto de ocupação e colonização dos “fundos territoriais” brasileiros.

Durante o final da década de 1930 e início de 1940, a expansão territorial, tônica da história do Brasil, passou a ser identificada como a própria ideologia do Estado, através da Campanha da Marcha para o Oeste. O complexo e multifacetado projeto foi mobilizado tanto no

âmbito pragmático quanto simbólico, através da formulação de uma nova identidade nacional em pleno acordo com o projeto de desenvolvimento das regiões interioranas brasileiras.

Um ponto chave dessa formulação foi a eleição do ímpeto expansionista como símbolo máximo da brasilidade. O bandeirante, sujeito colonial, era valorizado por sua qualidade de desbravador do território nacional, ao passo que toda história de exploração e dizimação das populações indígenas era mascarada frente a importância do processo de expansão. Apesar da tentativa de expressar a valorização da cultura indígena dentro da formação cultural brasileira, a própria eleição do bandeirante como sujeito homenageado escancara o local destinado aos povos indígenas dentro do novo projeto governamental.

Ao passo que a nova identidade nacional buscava valorizar a mestiçagem, os indígenas eram vistos como parceiros na construção de um projeto nacional, desde que tutelados pelo Estado, em pleno acordo com um modelo de governo paternalista, incumbido de proteger e outorgar a cidadania e os direitos dos grupos sociais marginalizados. Os indígenas, relegados como o “outro” étnico tinham participação apenas simbólica, sem protagonismo dentro das decisões dos projetos e das políticas governamentais. Nesse sentido, verifica-se uma continuidade com o modelo identitário advogado pelo romantismo brasileiro um século antes<sup>19</sup>.

Isso posto, chamamos a atenção para os nexos entre o movimento de valorização simbólica dos povos indígenas dentro da construção de uma nova identidade nacional e os interesses envolvidos no movimento de expansão territorial que se seguia, principalmente, através da Marcha para o Oeste. Desse modo, duas questões nos parecem centrais: os povos indígenas foram elementos centrais na construção e na promoção de uma identidade nacional brasileira, assim como, foram peças fundamentais dentro do projeto de colonização e ocupação territorial promovido por Getúlio Vargas.

Acreditamos que pensar o caso da Expedição Roncador-Xingu nos permite compreender qual era o tipo de relação estabelecido entre as frentes de penetração do Estado e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Conforme vimos, dentro dessa relação, flexível e pouco assistida, os projetos nacionalista e desenvolvimentista do governo eram sempre favorecidos, fazendo com que a efetivação prática da política indigenista fosse relegada a um lugar secundário em relação a necessidade de assegurar o desenvolvimento e da soberania nacional.

---

<sup>19</sup> Sobre o papel relegado às populações indígenas no período do século XIX, ver: (SPOSITO, 2012) e (ALMEIDA, 2010).

Embora seja necessário reconhecer a relevância dos trabalhos desenvolvidos pela Roncador-Xingu sob a liderança dos irmãos Villas Bôas, cujo fruto foi a criação do Parque Nacional do Xingu, não se pode relegar o contexto e os projetos políticos da qual ela faz parte. A Expedição Roncador-Xingu constituiu importante política de ação do grande projeto de expansão territorial proposto por Getúlio Vargas no período estadonovista, projeto esse responsável por inflamar o processo de invasão e espoliação das terras indígenas na região Centro-Oeste.

## Fontes:

Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica. In: OLIVEIRA, Acary de Passos. Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Barra do Garças, Araguaia 1943 - Rio das mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976. p.175-176.

OLIVEIRA, Acary de Passos. Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Barra do Garças, Araguaia 1943 - Rio das mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, vol.V.  
VILLAS BÔAS, Orlando. *Histórias e causas*. São Paulo. FDT – 2005.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *A Marcha para o Oeste – A epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012 [1ª ed. 1994].

## Periódicos:

GRANDE expedição partirá em breve para a Serra do Roncador. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 de jun. 1943. p.8.

PREPARATIVOS para o início da Expedição Roncador-Xingu. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 10 de jun. 1943, p. 12.

## Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Editora: FGV - Fundação Getúlio Vargas, 2010.

AMOROSO, Marta. "A intenção de arquivo: o inventário etnográfico na Comissão Rondon". In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (org). **Rondon: inventários do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017.

CANCELLI, Elizabeth. **O Estado Novo em Marcha para o Oeste**. Editora CRV. 2017.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In FERREIRA, Jorge; COSTA, Walderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2016 [1ª ed. 1992].

COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DAVIS, Shelton H., MENGET, Patrick. “Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil”. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgar de A. (Orgs). **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo; Cortez, 1981.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles”. In: **Revista Tellus**, ano 8, n.14, p.87-114, abr. Campo Grande - MS, 2008.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; GURAN, Milton. **Primeiros Contatos: atrações e pacificações do SPI**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro, agosto, 2014. FGV. Dissertação de Mestrado em História.

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.20, n°39, p. 14-36. 2000.

\_\_\_\_\_. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)**. Tradução: Cláudia Sant’Ana Martins - São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOMES, Angela de Castro. “População e Sociedade”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013.

KURY, Lorelai; FEDI, Laurent. “Rondon e o positivismo: a defesa dos fetichistas”. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (org). **Rondon: inventários do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio – Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon**. São Paulo, EDUC, 1998.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado Território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira: Século XX.** São Paulo: Metalivros, 2011.

MILANEZ, Felipe (Org). **Memórias sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil.** São Paulo: SESC, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** 2001. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MONTERO, Paula. “A catequese secular de Rondon”. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (org). **Rondon: inventários do Brasil.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

REIS, Arthur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional.** Rio de Janeiro. Record. 1968.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845).** Editora Alameda, 2012.

TACCA, Fernando de. **O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio.** História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.191-223.

TREECE, David. **Exilados, Aliados e Rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial.** São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2008.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: Portal da Marcha para o Oeste.** Brasília. Senado Federal. 1989.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.